



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA
Centro Administrativo Governador Virgílio Távora
Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima, S/N – Cambeba – Fortaleza – Ceará – CEP 60830-120
(85) 3207-7178 – corregedoria.tjce.jus.br – corregedoria@tjce.jus.br

INSPEÇÃO REALIZADA NA COMARCA DE PENTECOSTE

R E L A T Ó R I O

Portaria nº 19/2016-CGJCE

DES. FRANCISCO LINCOLN ARAÚJO E SILVA

Corregedor Geral da Justiça

MIRIAN PORTO MOTA RANDAL POMPEU

Juíza Corregedora Auxiliar

CONSIDERANDO a necessidade de uniformização, controle e efetivação dos procedimentos de reconhecimento voluntário de paternidade;

CONSIDERANDO a Portaria nº 96/2013, desta Corregedoria Geral da Justiça e as disposições constantes no Procedimento Administrativo nº 0000214-22.2011.8.06.0026, em trâmite nesta Casa Censora;

CONSIDERANDO o apoio firmado com a Prefeitura Municipal da Comarca de Pacatuba-CE;

RESOLVE:

Art. 1º- Instituir o "Mutirão do Projeto Pai Presente", no âmbito da Comarca de Pacatuba, sob a supervisão desta Corregedoria Geral da Justiça.

Art. 2º- Determinar a remessa, de forma que preserve o sigilo, para cada uma das Varas da Comarca de Pacatuba, mídia digital contendo a relação de crianças/adolescentes sem paternidade reconhecida, com os respectivos endereços das mães/responsáveis, conforme lista encaminhada pelo Cartório do 1º Ofício de Registro Civil daquela Comarca.

Art. 3º- Ao receber a mídia digital, cada Vara da Comarca de Pacatuba deverá expedir as Notificações às mães/responsáveis, para que compareçam no Fórum local entre os dias 30 de maio a 03 de junho do corrente ano, a fim de que, querendo, informem o nome/endereço do suposto pai.

Art. 4º- Recomendo aos juízes competentes que designem os meses de Junho/Julho para a realização das audiências de conciliação com os supostos pais.

Art. 5º- Após o prazo acima estabelecido, ficam os juízos obrigados a encaminhar a esta Corregedoria Geral da Justiça, no prazo de 20 (vinte) dias, o relatório final do mutirão, sem prejuízo do devido cadastramento das informações no Coletor Estatístico do Projeto Pai Presente.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Fortaleza, 28 de abril de 2016.

Des. FRANCISCO LINCOLN ARAÚJO E SILVA
Corregedor Geral da Justiça

PORTARIA Nº. 19/2016

Instituir o Cronograma de Inspeções para o 4º ciclo do primeiro semestre do ano de 2016.

O DESEMBARGADOR FRANCISCO LINCOLN ARAÚJO E SILVA, Corregedor Geral da Justiça do Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, etc.

CONSIDERANDO o que prescreve o art. 59, VI e XIII do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará, bem como o disposto nos artigos 14, IV, V, VIII, X, 16, I, 71 a 75 do Regimento Interno da Corregedoria Geral da Justiça;

CONSIDERANDO a importância do momento da realização de Correições Gerais, Inspeções ou Visitas, para orientações aos Juízes e servidores, bem como para coleta de sugestões ou reclamações visando ao aprimoramento da prestação jurisdicional;

CONSIDERANDO os dados estatísticos contidos no Estudo Técnico nº 03/2015 realizado pela Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG/TJCE, o qual contemplou o diagnóstico do congestionamento das unidades judiciárias;

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer o seguinte cronograma para realização da atividade inspeccional relativa ao 4ª ciclo, pelos juízes corregedores com a supervisão do Corregedor Geral da Justiça, nas seguintes unidades judiciárias:

CRONOGRAMA DE INSPEÇÕES – 4º CICLO/2016	
MAIO	
- 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SOBRAL	
- 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SOBRAL	
- 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SOBRAL	
- VARA ÚNICA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE SOBRAL	
- 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SOBRAL	
- 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SOBRAL	
- 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SOBRAL	
- JECC DA COMARCA DE SOBRAL	
- VARA ÚNICA DE MORRINHOS	
- VARA ÚNICA DA COMARCA DE BELA CRUZ	
- VARA ÚNICA DA COMARCA DE MARCO	
- VARA ÚNICA DA COMARCA DE CRUZ	

- VARA ÚNICA DA COMARCA DE JIJOCA DE JERICOACOARA

CRONOGRAMA DE INSPEÇÕES – 4º CICLO/2016

JUNHO

- 1ª VARA DA COMARCA DE ITAPIPOCA

- 2ª VARA DA COMARCA DE ITAPIPOCA

- 3ª VARA DA COMARCA DE ITAPIPOCA

- JECC DA COMARCA DE ITAPIPOCA

- 1ª VARA DA COMARCA DE TAUÁ

- 2ª VARA DA COMARCA DE TAUÁ

- 3ª VARA DA COMARCA DE TAUÁ

- JECC DA COMARCA DE TAUÁ

- COMARCA VINCULADA DE ARNEIROZ (VINCULADA À COMARCA DE TAUÁ)

- 1ª VARA DA COMARCA DE BOA VIAGEM

- 2ª VARA DA COMARCA DE BOA VIAGEM

- 1ª VARA DA COMARCA DO EUSÉBIO

- 2ª VARA DA COMARCA DO EUSÉBIO

- 3ª VARA DA COMARCA DO EUSÉBIO

- VARA ÚNICA DA COMARCA DE CARIDADE

- VARA ÚNICA DA COMARCA DE ITATIRA

- VARA ÚNICA DA COMARCA DE PENTECOSTE

- VARA ÚNICA DA COMARCA DE MISSÃO VELHA

- VARA ÚNICA DA COMARCA DE NOVA OLINDA

- VARA ÚNICA DA COMARCA DE SANTANA DO CARIRI

- COMARCA VINCULADA DE ALTANEIRA (VINCULADA À COMARCA DE SANTANA DO CARIRI)

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Gabinete do Corregedor Geral da Justiça, Fortaleza-CE, 28 de abril de 2016.

DESEMBARGADOR FRANCISCO LINCOLN ARAÚJO E SILVA
CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA

DIRETORIA DO FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA

PORTARIAS, ATOS, DESPACHOS E OUTROS EXPEDIENTES

PORTARIA nº 01/2016

A Doutora Alda Maria Holanda Leite, Juíza de Direito Titular da 3ª Vara da Infância e da Juventude de Fortaleza, no uso de suas atribuições legais

Considerando o teor da Resolução nº 12/2013 do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre as medidas de organização de trabalho nas unidades judiciárias, mas especificamente a inspeção da Vara pelo magistrado de 1º grau por período não superior a um ano;

Considerando a necessidade de constante verificação da regularidade do serviço judicial prestado na Secretaria desta unidade;

Considerando o teor do Provimento nº 12/2015 da Corregedoria Geral do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

RESOLVE:

Art. 1º – INSPEÇÃO JUDICIAL em todos os processos existentes na unidade judiciária, no período de **14 a 15 de junho do corrente ano**, adotando, durante a referida correição, dentre outras, as seguintes providências:

1 - Analisar todas as petições e demais documentos pendentes, inclusive, os que se encontram conclusos, com exceção dos autos arquivados.

2 - Identificar autos com vista ao Ministério Público por tempo excessivo

3 - Impulsionar todos os autos aguardando cumprimento de determinação judicial e aguardando andamento há mais de 100 (cem) dias.

4 – Efetivar a remessa de autos de processos ou cartas precatórias para seus devidos destinos, nos feitos onde já haja esta determinação.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

INSPEÇÃO REALIZADA NA COMARCA DE PENTECOSTE

Excelentíssima Senhora Desembargadora Presidente do Conselho Superior da
Magistratura,

Em cumprimento à Portaria nº 19/2016, publicada no Diário da Justiça Eletrônico (DJe) em 29 de abril de 2016, desta Corregedoria Geral da Justiça, encaminha-se a Vossa Excelência o **RELATÓRIO** e demais documentos alusivos à **INSPEÇÃO** efetivada na **COMARCA DE PENTECOSTE**, no mês de junho de 2016, pela Juíza Corregedora Auxiliar MIRIAM PORTO MOTA RANDAL POMPEU, sob a supervisão do Desembargador Corregedor-Geral de Justiça, ao final subscritores.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

ESPECIFICAÇÕES GERAIS

A Vara Única da Comarca de Pentecoste, de Entrância Inicial, está sediada no Fórum Desembargador Eurico Monteiro, cujo prédio situa-se na Rua Antônio Martins Bandeira, S/N, Acampamento, estando edificado em local de fácil acesso aos jurisdicionados.

Segundo dados coletados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base no censo de 2010, o Município de Capistrano possui 35.412 (trinta e cinco mil quatrocentos e doze) habitantes, distando cerca de 89km da capital do estado.

Com referência à estrutura física do Módulo, destaca-se que a construção do Fórum está em conformidade com os padrões arquitetônicos aprovados pelo Tribunal de Justiça para as unidades do interior do estado. Após superficial vistoria nas instalações do prédio, percebeu-se que o mesmo se encontrava em razoável estado de conservação e limpeza, havendo sido informado, no entanto, que o telhado se encontra com algumas partes “*quebradas*”, ocorrendo vazamentos em períodos de chuva. Com relação aos equipamentos de informática, verificou-se que os mesmos são suficientes para o regular andamento dos feitos judiciais em tramitação.

Registre-se que a Comarca de Pentecoste possui 2 (duas) comarcas vinculadas: Comarca Vinculada de Apuiarés e Comarca Vinculada de General Sampaio, e que ambas já passaram por inspeções¹ desta Corregedoria em datas de 1º e 03 de setembro de 2015, respectivamente.

1 Relatório de Inspeção realizada na Comarca Vinculada de Apuiarés: 8502449-84.2015.8.06.0026. Relatório de Inspeção realizada na Comarca Vinculada de General Sampaio: 8502448-02.2015.8.06.0026.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

METODOLOGIA

Ao iniciar as atividades, a Juíza Corregedora Auxiliar informou aos presentes a finalidade do ato, ministrando instruções a respeito das ações a serem desempenhadas durante a inspeção.

Consoante estabelecido no Código de Divisão e de Organização Judiciária do Estado do Ceará, Lei Estadual nº 12.342/94, art. 127, *“Nas comarcas com Vara única, os Juízes terão competência cumulativa dos processos de natureza cível e criminal”*.

A avaliação inspeccional foi levada a efeito mediante exame, por amostragem, das ações em andamento na unidade. Foram examinados processos que, por expressa disposição legal, exigem prioridade na tramitação, além de processos de réus presos, cartas precatórias, mandados de segurança, processos insertos na META 2 de 2016, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), processos inerentes às metas da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (ENASP)², ações de improbidade administrativa, demandas afetas à infância e juventude e demais ações aguardando realização de expedientes.

No dia 1º de junho de 2016, foi realizada visita à unidade por esta Juíza Corregedora Auxiliar, ocasião em que presentes se achavam o Juiz em respondência pela Vara, Dr. LUCIANO NUNES MAIA FREIRE, e os servidores lotados na Comarca.

2 “A Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (ENASP) foi lançada em fevereiro de 2010 por iniciativa conjunta entre os Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Ministério da Justiça (MJ). O objetivo é promover articulação dos órgãos que compõem o sistema de justiça e de segurança pública, reunindo-os para planejar e coordenar ações de combate à violência, traçar políticas nacionais.” ENASP. Disponível em: <http://www.cnmp.mp.br/portal_2015/institucional/enasp>. Acesso em jun. 2016.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

JUIZ EM ATUAÇÃO

A unidade possuía como magistrada titular, desde novembro de 2012, a juíza CYNTHIA NÓBREGA PEREIRA FRANKLIN THOMAZ, promovida em 08 de dezembro de 2015 para a Comarca de Aracoiaba. Desde então, não houve provimento do cargo, estando, assim, sob a responsabilidade de juízes em respondência.

À época da visita inspecional, encontrava-se em respondência pela Vara Única da Comarca de Pentecoste o Dr. **LUCIANO NUNES MAIA FREIRE**, Juiz Auxiliar da comarca de Fortaleza, tendo iniciado suas atividades na unidade em março deste ano, conforme Portaria nº 311/2016-TJCE, publicada no Diário da Justiça Eletrônico (DJe) em 29 de fevereiro de 2016.

PROMOTORIA DE JUSTIÇA

Conforme dados inseridos no FICOVI, preenchido pela unidade, a Vara Única da Comarca de Pentecoste tem como Representante do Ministério Público o Promotor de Justiça **FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR**, em exercício desde 07 de agosto de 2015.

DEFENSORIA PÚBLICA

Não há Defensor Público lotado na Comarca de Pentecoste, segundo informado no FICOVI.

SECRETARIA DE VARA

A Secretaria da Vara Única da Comarca de Pentecoste funciona sob a administração da Diretora de Secretaria **DAMÁRIA GOMES DE SOUSA BARROS** (Técnico Judiciário, matrícula funcional nº 137), conforme ato publicado no Diário da Justiça Eletrônico (DJe) em 15 de junho de 2012.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

A unidade conta ainda com 3 (três) servidores pertencentes ao quadro do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE) e 7 (sete) funcionários cedidos pela Prefeitura Municipal de Pentecoste conforme discriminado abaixo:

SERVIDORES OCUPANTES DE CARGO EFETIVO DO PODER JUDICIÁRIO	
DAMÁRIA GOMES DE SOUSA BARROS (137)*	Técnico Judiciário (Diretora de Secretaria)
ANTONIETA MARIA NUNES CAMPELO (817)*	Auxiliar Judiciário
JOSÉ EDMAR OLIVEIRA LUZ (200620)	Oficial de Justiça Avaliador
LUÍS LOURIVAL VITOR DE SOUSA (200621)	Oficial de Justiça Avaliador
*: exercem, também, a função de Conciliador Permanente da Comarca de Pentecoste, conforme Portaria nº 10/2013-Comarca de Pentecoste, datada de 17 de dezembro de 2013 e publicada no Diário da Justiça Eletrônico (DJe) em 12 de junho de 2014.	

SERVIDORES REQUISITADOS DE OUTROS ÓRGÃOS PÚBLICOS	
ANTÔNIA LEIDIANE SALES MENEZES ARAÚJO*	Cedida pela Prefeitura Municipal de Pentecoste
MARIA DE FÁTIMA FERREIRA DE SOUSA	Cedida pela Prefeitura Municipal de Pentecoste
FRANCISCO DE ASSIS GOMES VERÇOSA	Cedido pela Prefeitura Municipal de Pentecoste
MARIA VALQUÍRIA DE PAIVA GUIMARÃES	Cedida pela Prefeitura Municipal de Pentecoste
MARIA DO SOCORRO CASTRO	Cedida pela Prefeitura Municipal de Pentecoste
MARIA JOSÉ FEIJÓ MARTINS SEVERIANO	Cedida pela Prefeitura Municipal de Pentecoste
VALDÍZIA PESSOA BRAGA	Cedida pela Prefeitura Municipal de Pentecoste
*: exerce, também, a função de Conciliador Permanente da Comarca de Pentecoste, conforme Portaria nº 10/2013-Comarca de Pentecoste, datada de 17 de dezembro de 2013 e publicada no Diário da Justiça Eletrônico (DJe) em 12 de junho de 2014.	

A unidade encontra-se sem analista judiciário, visto que a que estava lotada na Comarca foi removida para o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) da Comarca de Maracanaú, e não foi feita a reposição, fato já comunicado e solicitado ao TJCE pelo CPA de nº 8500007-48.2016.8.06.0144.

EXAME DO ACERVO PROCESSUAL

Conforme dados inseridos no FICOVI, tramitavam na Vara Única da Comarca de Pentecoste **2.014 (dois mil e quatorze) processos**.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

No tocante à abordagem feita pela Corregedoria Geral da Justiça, impende consignar:

I) ESTATUTO DO IDOSO – dos feitos inspecionados que são albergados pelo Estatuto do Idoso constatou-se que estavam com o trâmite prejudicado, motivo pelo qual recomenda-se que seja empreendida a prioridade legal a que tais processos fazem jus.

NÚMERO DO PROCESSO	MOVIMENTAÇÃO ⁴
4625-74.2012.8.06.0144	Feito paralisado desde 09/01/2015
4060-42.2014.8.06.0144	Feito paralisado desde 30/12/2014
4279-26.2012.8.06.0144	Feito paralisado desde 29/04/2015
4517-74.2014.8.06.0144	Concluso desde 18/04/2016
3952-18.2011.8.06.0144	META 2 - Carta precatória juntada em 17/11/2014. Feito paralisado desde então
4299-17.2012.8.06.0144	JULGADO em 06 de maio de 2016
6059-59.2016.8.06.0144	Concluso desde 19/05/2016
4665-85.2014.8.06.0144	AR juntada em 26/11/2014. Certificado em 03 de agosto de 2015. Feito paralisado desde então

II) CARTAS PRECATÓRIAS – da análise das cartas precatórias viu-se que o magistrado despacha com celeridade, tão logo autuadas na unidade. Constatou-se que a Secretaria tem levado certo tempo para cumprir o expediente determinado no despacho inicial, especialmente quando se trata de designação de audiências, como se vê dos processos de nºs 6099-41.2016.8.06.0144, 6018-92.2016.8.06.0144 e 6088-12.2016.8.06.0144. Assim, recomenda-se que a Secretaria designe as audiências tão logo determinado pelo magistrado. No mais, pode-se concluir que as cartas precatórias estão tramitando regularmente na Secretaria, sendo empreendida a devida celeridade.

NÚMERO DO PROCESSO	ENTRADA EM	DEPACHADA EM	MOVIMENTAÇÃO ⁴
6143-60.2016.8.06.0144	09/05/16	16/05/16	Aguardando cumprimento de expediente
6141-90.2016.8.06.0144	06/05/16	16/05/16	Aguardando cumprimento de mandado
5943-53.2016.8.06.0144	14/03/16	28/03/16	Designada audiência para 26/04/2016 a qual não se realizou em virtude da ausência da testemunha. À secretaria para designar nova audiência.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

5746-98.2016.8.06.0144	18/01/16	25/01/16	Aguardando cumprimento de Mandado de Prisão encaminhado em 28/01/2016
6139-23.2016.8.06.0144	06/05/16	16/05/16	Aguardando cumprimento de expediente (designação de audiência)
6099-41.2016.8.06.0144	28/04/16	04/05/16	Aguardando cumprimento de expediente (designação de audiência)
6089-94.2016.8.06.0144	26/04/16	03/05/16	Aguardando cumprimento de expediente (designação de audiência)
6088-12.2016.8.06.0144	26/04/16	03/05/16	Aguardando cumprimento de expediente (designação de audiência)
6018-92.2016.8.06.0144	11/04/16	25/04/16	Aguardando cumprimento de expediente (designação de audiência)
5998-04.2016.8.06.0144	04/04/16	06/04/16	Aguardando cumprimento de expediente (designação de audiência)
6210-25.2016.8.06.0144	27/05/16	-	Aguardando despacho inicial
6185-12.2016.8.06.0144	19/05/16	-	Aguardando despacho inicial
4340-13.2014.8.06.0144	02/06/14	04/06/14	Em acompanhamento de cumprimento de medidas cautelares
4362-71.2014.8.06.0144	06/06/14	10/06/14	Em acompanhamento de cumprimento de medidas cautelares
5972-06.2016.8.06.0144	28/03/16	01/04/16	Mandado entregue ao oficial de justiça em 05/04/16
5924-32.2016.8.06.0144	10/03/16	28/03/16	Expedido e entregue mandado ao CRI em 04/04/16. Despachado em 24/05/16 determinando expedição de ofício ao CRI para colher informações sobre o cumprimento do ato deprecado
5924-47.2016.8.06.0144	10/03/16	28/03/16	Expedido e entregue mandado ao CRI em 04/04/16. Despachado determinando expedição de ofício ao CRI para colher informações sobre o cumprimento do ato deprecado
5055-55.2014.8.06.0144	19/11/14	-	Aguardando realização de leilão. À conclusão
4857-81.2015.8.06.0144	09/11/15	11/11/15	Audiência realizada em 26/04/16, tendo na ocasião sido determinada a devolução da precatória ao juízo deprecante
6054-37.2016.8.06.0144	19/04/16	25/04/16	Aguardando cumprimento de mandado entregue em 27/05/16

III) IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – no geral, as ações de improbidade administrativa encontravam-se paralisadas, carecendo, com a máxima urgência, que seja empreendido o devido impulso oficial.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

NÚMERO DO PROCESSO	MOVIMENTAÇÃO ⁴
4962-83.2000.8.06.0144	Paralisado desde 21/05/2015
3922-66.2000.8.06.0144	Paralisado desde 21/05/2014
511-34.2008.8.06.0144	Concluso desde 11/01/2016
4706-43.2000.8.06.0144	Extinto por ilegitimidade ativa em 30/09/2002. Reformada a sentença pelo TJCE em 29/05/2012. Parecer datado 23/07/2015. Feito paralisado desde 30/07/2015
2158-45.2000.8.06.0144	Extinto por ilegitimidade ativa em 30/10/2002. Reformada a sentença pelo TJCE em 04/11/2011. Feito paralisado desde 14/05/2015
4158-18.2000.8.06.0144	Feito paralisado desde 07/04/2015
3505-30.2011.8.06.0144	Parecer juntado em 03/03/2016. Concluso em 02/05/2016

IV) MANDADO DE SEGURANÇA – foram inspecionados 7 (sete) ações de Mandado de Segurança, dos quais 4 (quatro) se encontravam com o trâmite regular, movimentados recentemente, tendo sido detectada paralisação de 3 (três) processos, quais sejam, 4046-58.2014.8.06.0144, 4965-47.2014.8.06.0144 e 4227-93.2013.8.06.0144, sendo recomendado empreender a prioridade legal a que fazem jus.

NÚMERO DO PROCESSO	MOVIMENTAÇÃO ⁴
4593-64.2015.8.06.0144	Parecer juntado em 01/06/16. À conclusão
6051-82.2016.8.06.0144	Decisão interlocutória publicada em 13/05/16
4703-63.2015.8.06.0144	Julgado em 11/11/15. Apresentado apelação em 19/11/15. Em 12/01/16 foi juntado o pedido de desistência. Concluso desde 28/03/16
5758-15.2016.8.06.0144	Concluso desde 04/04/16
4046-58.2014.8.06.0144	Parecer juntado em 15/01/15, paralisado desde então
4965-47.2014.8.06.0144	Paralisado 21/05/15
4227-93.2013.8.06.0144	Paralisado desde 30/12/14
953-68.2006.8.06.0144	JULGADO – STF rejeito embargos declaratórios no Agravo Regimental no Recurso Extraordinário em 29/10/14. Retornou à comarca em maio de 2015. Concluso desde então
491-48.2005.8.06.0144	JULGADO – concluso dese 03/12/14 aguardando expedição de precatório

V) INFÂNCIA E JUVENTUDE – ATO INFRACIONAL – dos feitos que apuram a prática de ato infracional que foram inspecionados foi possível constatar que se encontravam com o trâmite prejudicado, com vários deles aguardando designação de audiência. Assim, recomenda-se que, dentro do possível, seja empreendida a devida prioridade a tais processos, tendo em vista que o não julgamento desses feitos implica na extinção futura em razão dos menores atingirem a



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

maioridade, o que vem a contribuir para a impunidade e aumento da violência. Registre-se mais uma vez que a Vara Única da Comarca de Pentecoste encontra-se sem juiz titular, e que o magistrado designado para responder pela unidade, que tem ainda mais duas comarcas vinculadas, está também auxiliando a 5ª Vara da Infância e Juventude da Comarca de Fortaleza (Projeto Justiça Já), a 2ª Vara de Delitos de Tráfico de Drogas da Comarca de Fortaleza, além de integrar o Grupo de Descongestionamento do Interior.

NÚMERO DO PROCESSO	MOVIMENTAÇÃO ⁴
4837-90.2015.8.06.0144	Representação datada de 18/11/15. Feito paralisado desde 03/12/15
4617-63.2013.8.06.0144	Julgado extinto em 16/05/16 em relação a dois dos menores que atingiram a maioridade. À Secretaria para dar continuidade ao feito em relação ao terceiro menor, atentando-se à parte final da sentença
4175-29.2015.8.06.0144	Representação datada de 07/05/15. Intimados para apresentação da Defesa prévia em 12/05/15. Feito paralisado desde 16/07/15
4244-61.2015.8.06.0144	À Secretaria para certificar sobre a apresentação de representação
4240-58.2014.8.06.0144	Representação datada de 08/10/14. Feito paralisado desde 03/02/15, aguardando designação de audiência
4195-20.2015.8.06.0144	Representação datada de 25/06/15. Internação provisória determinada em 07/07/15. Defesa prévia apresentada em 27/08/15. Feito paralisado desde 21/10/15, aguardando designação de audiência
4469-18.2014.8.06.0144	Laudo de exame toxicológico juntado em 26/01/15. Feito paralisado desde então
6193-86.2016.8.06.0144	Vista ao MP em 25/05/16
4086-74.2013.8.06.0144	Feito paralisado desde 29/09/2014
3935-40.2015.8.06.0144	Vista ao MP em 27/05/16
4672-43.2015.8.06.0144	Concluso desde 03/12/15
4111-19.2015.8.06.0144	Arquivado em 15/05/15
4594-49.2015.8.06.0144	Homologada à remissão em 21/10/15. Certificado o trânsito em julgado em 25/11/15
4408-26.2015.8.06.0144	Feito paralisado desde 21/10/15, aguardando designação de audiência
4279-55.2014.8.06.0144	Em fase de cumprimento de medida socioeducativa
5038-19.2014.8.06.0144	Laudo toxicológico juntado em 19/08/15. À conclusão
4454-83.2013.8.06.0144	Feito paralisado desde 30/04/14, aguardando designação de audiência
4193-84.2014.8.06.0144	Laudo toxicológico juntado em 06/05/16
5728-77.2016.8.06.0144	Despachado recentemente, em 28/03/16. À Secretaria para cumprir expediente
4356-64.2014.8.06.0144	Aguardando designação de audiência desde 04/11/14

VI) INFÂNCIA E JUVENTUDE – CÍVEL – no geral, os feitos inspecionados relativos à infância e juventude de natureza cível encontravam-se com trâmite regular.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

NÚMERO DO PROCESSO	MOVIMENTAÇÃO
5869-96.2016.8.06.0144	AGUARDANDO LAUDO DE RELATÓRIO SOCIAL, SOLICITADO EM 18 /05/16
4180-51.2015.8.06.0144	CONCLUSO DESDE 15/09/15
4255-95.2012.8.06.0144	VISTAAO MP DESDE 23/05/16
3225-59.2011.8.06.0144	DESPACHO EM 22/04/15, SEM QUE A SECRETARIA TENHA DADO CUMPRIMENTO AO DESPACHO
3409-49.2010.8.06.0144	JULGADO EM 29/07/15
4401-39.2012.8.06.0144	CONCLUSO DESDE 30/11/15
3932-85.2015.8.06.0144	CONCLUSO DESDE 07/03/16
4810-78.2013.8.06.0144	CONCLUSO DESDE 04/09/15
4601-12.2013.8.06.0144	FEITO PARALISADO DESDE 30/01/15
5070-58.2013.8.06.0144	DESPACHADO RECENTEMENTE EM 20/03/16

VII) RÉUS PRESOS – dos feitos inspecionados que envolvem réus presos foi possível detectar que estavam com o trâmite prejudicado, e que o magistrado em respondência, após iniciar suas funções na unidade, passou a priorizar tais processos, vindo inclusive a realizar uma inspeção interna nesses feitos empreendendo o devido impulso oficial. Registre-se, no entanto, a necessidade de designação de sessão de júri de processos com réus presos, o que, dentro do possível, deverá ser priorizado. Porém, considerando que o magistrado em respondência auxilia várias outras unidades judiciárias fica registrada a possibilidade de, caso queira, solicitar apoio junto ao TJCE para que seja designado mais um magistrado para a realização dessas sessões de júri.

NÚMERO DO PROCESSO	MOVIMENTAÇÃO
5700-12.2016.8.06.0144	Visto em inspeção interna pelo juiz em respondência em 27/05/16. Nomeado defensor o qual deverá ser intimado
4351-42.2014.8.06.0144	Visto em inspeção interna pelo juiz em respondência em 27/05/16. Aguardando cumprimento de mandado de citação expedido em 18/05/16
4820-54.2015.8.06.0144	Julgado em audiência pelo juiz em respondência em 31/05/16. Aguardando decurso de prazo
6024-02.2016.8.06.0144	Denúncia ofertada em 20/04/16. Acusado citado em 20/05/16. Em decurso de prazo
3978-11.2014.8.06.0144	Vista em inspeção interna pelo juiz em respondência em 27/05/16
4682-87.2015.8.06.0144	Denúncia ofertada em 15/10/15. Defesa preliminar apresentada em 18/03/16. À conclusão
4224-70.2015.8.06.0144	Concluso em 12/04/16
5811-93.2016.8.06.0144	Denuncia datada de 17/02/16. Defesa prévia apresentada em 18/04/16. Ratificado o recebimento da denúncia em 27/05/16
5973-88.2016.8.06.0144	Denuncia ofertada em 04/05/16. À conclusão
5900-19.2016.8.06.0144	Visto em inspeção interna pelo juiz em respondência em 27/05/16. Nomeado defensor o qual



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

	deverá ser intimado
6182-57.2016.8.06.0144	I.P. Preso em 11/04/16. Visto ao MP em 20/05/16
5922-77.2016.8.06.0144	Denúncia apresentada em 04/05/16. À conclusão
5699-27.2016.8.06.0144	Denuncia apresentada em 21/01/16. Preso em 25/11/15. Realizado mutirão carcerário pelo juiz em respondência em 16/03/16. À Secretaria para cumprir despacho determinado no referido mutirão
4677-65.2015.8.06.0144	Denuncia apresenta em 15/10/15. Despachado pelo juiz em respondência em 20/04/16 nomeando defensor. Defesa prévia apresentada em 06/05/16
4471-51.2015.8.06.0144	Réu pronunciado em 11/01/16. Aguardando designação de sessão do júri
4346-82.2012.8.06.0144	Recebida a defesa previa em 04/04/16. Aguardando cumprimento de expediente
5897-64.2016.8.06.0144	Denuncia apresenta em 04/05/16. Despachado pelo juiz em respondência em 23/05/16. determinando a notificação do acusado para apresentar resposta por escrito
3917-53.2014.8.06.0144	Pronunciado em 11/11/14. Aguardando designação do júri
4418-07.2014.8.06.0144	Aguardando laudo toxicológico requerido em 21/01/16
5899-34.2016.8.06.0144	Denuncia ofertada em 29/03/16. Ratificado o recebimento da denúncia pelo juiz em respondência 27/05/16

VIII) ENASP – a unidade conta com 47 (quarenta e sete) processos enquadrados nas metas da ENASP, conforme anexo contendo tabelas de estoque inicial de ações penais. As ações abaixo elencadas encontram-se enquadradas na Meta 1 - Tramitação e Meta 2 - Suspensas.

Recomenda-se à unidade atenção a tais feitos, procurando, quando possível, designar as sessões regulares de julgamento pelo Tribunal do Júri, bem como atentar-se às diretrizes constantes no Ofício circular nº 01/2016-ENASP/CE.

META ENASP 1 – Ações penais de crimes dolosos contra a vida iniciadas até 31/12/2009 (denúncia recebida) e que não haviam sido julgadas em 31/10/2014, excluídas as suspensas	
NÚMERO DO PROCESSO	MOVIMENTAÇÃO
4393-82.2000.8.06.0144	Sessão de júri designada para 14/06/2016. Despachado em 25/05/2016, determinando-se o agendamento em nova data para o referido julgamento
5594-12.2000.8.06.0144 (2 volumes)	Conclusão em 04/08/2015. Despachado em 25/05/2016 para incluir em pauta de julgamento
943-24.206.8.06.0144	Manifestação do Ministério Público requerendo a pronúncia do réu, datada de 21/07/2015. À conclusão
512-87.2006.8.06.0144	Manifestação do Ministério Público requerendo a pronúncia do réu, datada de 09/12/2014. À Secretaria para certificar decurso de prazo, considerando a publicação no Diário da Justiça Eletrônico (DJe) de fl. 77, datada de 24/06/2015
82-33.2009.8.06.0144	Visto em inspeção pela CGJCE em 19/11/2013, em que restou detectado a paralisação do feito desde 13/11/2012. Renovada a conclusão para despachar com urgência e comunicar à Corregedoria



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

227-07.2000.8.06.0144	À Secretaria para cumprir despacho de fl. 205, parte final, considerando o teor da petição de fl. 210
-----------------------	---

META ENASP 2 – Ações penais de crimes dolosos contra a vida iniciadas até 31/12/2009 (denúncia recebida) e que se encontravam suspensas no dia 31 de outubro de 2014

NÚMERO DO PROCESSO	MOVIMENTAÇÃO ⁴
270-41.2000.8.06.0144	Decretada prisão preventiva do acusado e suspensão do processo em 16/08/2005 (fl. 50). Visto em inspeção pela CGJCE em 19/11/2013
623-66.2009.8.06.0144	Decretada prisão preventiva do acusado e suspensão do processo em 29/06/2010 (fl. 44). Visto em inspeção pela CGJCE em 19/11/2013
1335-71.2000.8.06.0144	Decretada prisão preventiva do acusado e suspensão do processo em 16/03/2004 (fl. 53). Visto em inspeção pela CGJCE em 19/11/2013
155-39.2008.8.06.0144	Decretada prisão preventiva do acusado e suspensão do processo em 02/02/2010 (fl. 41/43)
5298-87.2000.8.06.0144	Aguardando captura de réus
304-40.2005.8.06.0144	Decretada prisão preventiva do acusado e suspensão do processo em 15/09/2006 e 28/09/2006, respectivamente (fls. 33 e 37). Visto em inspeção pela CGJCE em 19/11/2013

IX) META 1 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ) (julgar processos em número maior do que o de feitos distribuídos)

a) **META 1 de 2014** – no ano de 2014, a unidade não atingiu o percentual necessário para cumprir a META 1, obtendo a marca de 80,76% (oitenta vírgula setenta e seis por cento) de processos julgados (701) dentre o total de feitos distribuídos (868) (quadro abaixo);

b) **META 1 de 2015** – no ano de 2015, a unidade não atingiu o percentual necessário para cumprir a META 1, no entanto, alcançou percentual bem próximo para tal, obtendo a marca de 89,37% (oitenta e nove vírgula trinta e sete por cento) de processos julgados (765) dentre o total de feitos distribuídos (856) (quadro abaixo);

c) **META 1 de 2016** – quando considerados os 05 (cinco) primeiros meses de 2016, de acordo com dados extraídos do Sistema de Gerenciamento Estatístico da Corregedoria (SGEC), constatou-se que a META 1 de 2016 não vem sendo atingida, embora esteja próxima de ser cumprida, uma vez que tem alcançado o percentual de 96,74% (noventa e seis vírgula setenta e q



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

quatro por cento), havendo a informação de 337 (trezentos e trinta e sete) feitos novos ingressados e 326 (trezentos e vinte e seis) sentenciados (quadro abaixo):

SEC. DA VARA UNICA DA COMARCA DE PENTECOSTE								
Ano	Distribuidos	Arquivados	Arquivados %	JULGADOS				Julgados %
				Titular	Respondendo	Auxiliando	Total	
2014	868	912	105.07	635	66	0	701	80.76
2015	856	789	92.17	678	87	0	765	89.37
2016	337	265	78.64	0	326	0	326	96.74
	2061	1966	95.39	1313	479	0	1792	86.95

Observação: dados extraídos do Sistema de Gerenciamento Estatístico da Corregedoria (SGEC)

X) META 2 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ) – com referência aos feitos submetidos à **META 2 de 2009** (julgamento de todos os processos distribuídos até 31/12/2005), de acordo com as informações inseridas no FICOVI, constam apenas 13 (treze) processos enquadrados na referida meta.

Para os feitos submetidos à **META 2 de 2010** (julgamento de todos os processos distribuídos até 31/12/2006), de acordo com as informações inseridas no FICOVI, constam apenas 10 (dez) processos enquadrados na referida meta.

Com relação à **META 2 de 2016** (julgamento de 80% dos processos distribuídos até 31/12/2012), a unidade informa a existência de 315 (trezentos e quinze) feitos enquadrados na referida meta.

Dentre os feitos inspecionados que estão enquadrados na META 2 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), viu-se que, no geral, encontravam-se com trâmite prejudicado, sendo recomendado que, dentro do possível, seja empreendida a prioridade legal a que tais processos fazem jus, em especial aos processos com movimentações mais longínquas, quais sejam: 3368-48.2011.8.06.0144, 3532-13.2011.8.06.0144, 169-86.2009.8.06.0144, 3466-67.2010.8.06.0144, 728-



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

43.2009.8.06.0144, 4146-18.2011.8.06.0144, 223-23.2007.8.06.0144, 3987-75.2011.8.06.0144, 778-69.2009.8.06.0144 (apenso ao 100-54.2009.8.06.0144). Devendo o juízo ser notificado para, no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhar a esta Corregedoria a atual situação de tais feitos.

Ressalte-se, no entanto, que a unidade se encontra sem juiz titular, e que o magistrado que está em respondência também auxilia a 2ª Vara de Delitos de Tráfico de Drogas e 5ª Vara da Infância e Juventude, ambas da Comarca de Fortaleza, e ainda integra o Grupo de Descongestionamento das comarcas do interior do Estado. Fica também registrado que a Comarca de Pentecoste possui, ainda, 2 (duas) comarcas vinculadas (Apuiarés e General Sampaio).

NÚMERO DO PROCESSO	MOVIMENTAÇÃO ⁴
3498-72.2010.8.06.0144	Visto em inspeção. Parecer ministerial juntado em 16/11/2015. Concluso desde 04/03/2016
3368-48.2011.8.06.0144	Feito paralisado desde 16/07/2014. À conclusão, atentando-se ao teor da certidão de fls. 50v
4312-16.2012.8.06.0144	JULGADO extinto sem resolução de mérito em 20/01/2015. Negado seguimento a recurso de apelação em 10/03/2015. Agravo de instrumento em 14/05/2015. Concluso desde 14/05/2015
3532-13.2011.8.06.0144	Concluso para sentença desde 18/09/2012
483-66.2008.8.06.0144	Alegações finais datada de 11/03/2015. Concluso desde 16/03/2015
3413-86.2010.8.06.0144	Expedida carta precatória à Comarca de Itapajé (5081-93.2011.8.06.0100) com finalidade de intimação para comparecimento em audiência na Comarca de Pentecoste. Devolvida em agosto/2011, juntada em outubro/2011. Partes intimadas, porém ausentes. Despachado em maio/2014, determinando-se intimação do autor para impulsionar o feito. Concluso desde 14/07/2014
3100-28.2010.8.06.0144	Audiência realizada em abril/2016. Conclusão em 02/05/2016
169-86.2009.8.06.0144	Despachado em 22/05/2014, determinando-se intimação do autor para impulsionar o feito, sob pena de extinção. Certificado decurso de prazo em 09/07/2014. Concluso desde 14/07/2014
732-80.2009.8.06.0144	Despachado em 25/06/2015. Certificado decurso de prazo em 29/07/2015. Concluso desde 29/07/2015
3466-67.2010.8.06.0144	Conclusão em 14/05/2013. Visto em inspeção pela CGJCE em 19/11/2013. Conclusão em 10/10/2014
248-65.2009.8.06.0144	Juntada de petição em 02/10/2015. Concluso desde 05/10/2015
728-43.2009.8.06.0144	Juntada de alegações finais em 12/01/2012. Conclusão em 13/12/2012. Renovada a conclusão em 10/10/2014
4146-18.2011.8.06.0144	Juntada de alegações finais em 18/11/2014. Conclusão em 25/11/2014
223-23.2007.8.06.0144	Alegações finais apresentadas pelo Ministério Público em 16/04/2012. Despachado em 21/05/2014. Concluso desde 04/06/2014
3987-75.2011.8.06.0144	Partes intimadas em audiência para apresentação de memoriais escritos. Certificado decurso de prazo em 19/08/2013. Concluso em 19/08/2013. Renovada a conclusão em 10/10/2014
21-75.2009.8.06.0144	Juntada de parecer ministerial em 20/01/2016. Concluso desde 25/01/2016
3260-19.2011.8.06.0144	Concluso desde 07/03/2016



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

100-54.2009.8.06.0144	Despachado em 30/06/2015. Cumpra-se despacho
720-66.2009.8.06.0144 (apenso ao 100-54.2009.8.06.0144)	JULGADO em 02/03/2010. Concluso desde 10/10/2014. À conclusão, atentando-se ao teor da certidão de fl. 104v
778-69.2009.8.06.0144 (apenso ao 100-54.2009.8.06.0144)	Despachado pelo juiz em resposta em 23/07/2014. Concluso desde 06/06/2014

XI) AUDIÊNCIAS – considerando-se o período de resposta pela unidade do magistrado **LUCIANO NUNES MAIA FREIRE** (março de 2016), segundo informações do FICOVI, foram realizadas 37 (trinta e sete) audições de natureza cível e 85 (oitenta e cinco) audições relativas a demandas afetas à infância e juventude.

Mediante análise da pauta de audiências da unidade, verificou-se que estas eram realizadas regularmente.

PROJETO PAI PRESENTE

Atualmente, o Projeto Pai Presente encontra-se parado, sendo informado que a última vez que tal projeto foi movimentado na comarca foi em junho de 2014.

DEMAIS MATÉRIAS

Com referência às Metas Nacionais do Judiciário, cumpre pontuar o seguinte:

- a) A unidade encontra-se interligada ao TJCE e à rede mundial de computadores **(META 3 de 2012)**;
- b) O Juiz concluiu a capacitação em Administração Judiciária **(META 8 de 2010)**;



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

c) Encontra-se implantado no módulo o sistema de registro audiovisual de audiências **(META 2 de 2011)**;

d) A fração utiliza o **MALOTE DIGITAL**;

e) O Juiz encontra-se cadastrado nos sistemas **BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD**, cumprindo, assim, a **META 8 de 2009**.

PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

O Juiz de Direito **LUCIANO NUNES MAIA FREIRE**, nos últimos 24 meses efetivamente trabalhados, incluindo suas respondências e auxílios, obteve a seguinte prestação jurisdicional:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DO MAGISTRADO EM TODAS AS UNIDADES, DE MAIO/2014 A MAIO/2016 (24 MESES TRABALHADOS)				
SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	ACORDOS	DESPACHOS
7.169	2.443	1.833	514	8.452

Analisando os números do quadro acima, verifica-se que nos últimos 24 meses de exercício jurisdicional o Judicante apresentou movimentação processual mensal conforme quadro abaixo:

MÉDIA MENSAL DE PROCESSOS E ATOS JURISDICIONAIS EM TODAS AS UNIDADES, DE MAIO/2014 A MAIO/2016 (24 MESES TRABALHADOS)				
SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	ACORDOS	DESPACHOS
298,7	101,7	76,3	21,4	352,1



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

LIVROS

Dentre os livros atinentes às atividades da Secretaria de Vara, consoante exigência prevista no art. 391 e seus incisos, do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará (CODOJECE), e outros mais, foram examinados os tomos obrigatórios e facultativos, além de outros tantos abertos livremente pela unidade, não se verificando irregularidades dignas de nota.

As observações pertinentes a cada livro estão discriminadas em formulário próprio, anexado a este relatório.

RECLAMAÇÕES

No curso da inspeção, não foram registradas reclamações específicas por parte de advogados ou jurisdicionados quanto ao desempenho do Magistrado no módulo.

CADEIA PÚBLICA

A Cadeia Pública da Comarca de Pentecoste situa-se na Rua Agapito Cordeiro, 560, Centro. Por ocasião da visita, esteve presente o agente penitenciário PAULO JOSÉ CAVALCANTE DE SOUSA (matrícula funcional nº 430599-1-2), diretor do estabelecimento desde 05 de novembro de 2014.

Trata-se de edificação bastante antiga ("*média de 40 anos*", segundo informado), inicialmente construída para fins residenciais, atualmente abrigando a Cadeia Pública municipal, após adaptações estruturais.

O quadro funcional da unidade carcerário é composto por, além do referido agente penitenciário, outros 4 (quatro) agentes, além de 1 (uma) agente do sexo feminino, que promove vistoria nas visitantes do mesmo sexo.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

Possui 4 (quatro) celas de uso coletivo, além de 1 (uma) cela individual, medindo por volta de 2mx3m, incluindo banheiro, destinada a "*isolamento*". No entanto, abrigava, à época, 4 (quatro) internos, segundo informado.

Possui 34 (trinta e quatro) presos em regime fechado e 5 (cinco) em regime semi-aberto; possui área para banho de sol, embora "*precária*"; a alimentação é fornecida pela Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado do Ceará (SEJUS); não há alojamento para policiais ("*efetivamente, a PM não monta ponto de apoio aqui*"), porém a Polícia Militar oferece apoio logístico quando necessário.

A unidade foi alvo de rebelião ocorrida recentemente, em 19 de maio de 2016, havendo sido determinada a transferência de 31 (trinta e um) presos que lá se encontravam recolhidos para outras comarcas, conforme documentos em anexo.

Anexa-se a este relatório fotografias obtidas por ocasião da visita à unidade.

RESIDÊNCIA OFICIAL DO MAGISTRADO

A residência oficial do juiz foi cedida para a Prefeitura Municipal de Pentecoste, porém, segundo informado, não está sendo utilizada, estando fechada.

RECOMENDAÇÕES

1) As causas vinculadas ao **Estatuto do Idoso** deverão continuar tramitando prioritariamente, mediante fluxo diferenciado, especialmente no que diz respeito ao cumprimento dos expedientes e prazos processuais, sendo recomendado o impulso oficial aos feitos de nºs 4625-



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

74.2012.8.06.0144, 4060-42.2014.8.06.0144, 4279-26.2012.8.06.0144, 3952-18.2011.8.06.0144 e 4665-85.2014.8.06.0144, devendo o juízo ser notificado para, no prazo de 30 (trinta) dias, fornecer relatório com a atual situação de tais processos.

2) Em relação às **cartas precatórias** em trâmite na unidade, no geral, observou-se que as cartas precatórias eram despachadas com celeridade pelo magistrado, tão logo autuadas na unidade, devendo, pois, continuarem com o trâmite prioritário. No entanto, recomenda-se que a Secretaria empreenda maior celeridade ao cumprimentar dos respectivos expedientes, especialmente quando relativos à designação de audiências;

3) No que tange aos feitos relativos a **Mandado de Segurança e Improbidade Administrativa** foi constatado que, no geral, encontravam-se com o trâmite prejudicado, sendo recomendado que, dentro do possível, seja empreendida a prioridade legal a que tais processos fazem jus, especialmente àqueles com movimentação mais longínqua, quais sejam: 4962-83.2000.8.06.0144, 3922-66.2000.8.06.0144, 4706-43.2000.8.06.0144, 2158-45.2000.8.06.0144, 4158-18.2000.8.06.0144, 4046-58.2014.8.06.0144, 4965-47.2014.8.06.0144 e 4227-93.2013.8.06.0144, devendo o juízo ser notificado para, no prazo de 30 (trinta) dias, fornecer relatório com a atual situação de tais processos.

4) **INFÂNCIA E JUVENTUDE – ATO INFRACIONAL** – os feitos dessa espécie igualmente encontravam-se com o trâmite prejudicado, havendo vários deles aguardando designação de audiências. Assim, recomenda-se que, dentro do possível, uma vez que, conforme já dito alhures a unidade se encontra sem juiz titular, sejam designadas as audiências pendentes. Fica aqui mais uma vez registrado que o magistrado que se encontra respondendo pela unidade também atua, cumulativamente, na 2ª Vara de Delitos de Tráfico de Drogas e 5ª Vara da Infância e Juventude (Projeto Justiça Já), ambas da Comarca de Fortaleza, e ainda integra o Grupo de Descongestionamento, o que sem dúvida dificulta a sua disponibilidade para agendamento de audiências na unidade em questão. Seguem exemplos de feitos inspecionados que estão há bastante



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

tempo aguardando agendamento de audiências: 4240-58.2014.8.06.0144, 4195-20.2015.8.06.0144, 4408-26.2015.8.06.0144, 4454-83.2013.8.06.0144 e 4356-64.2014.8.06.0144.

5) RÉUS PRESOS - dos feitos inspecionados que envolvem réus presos foi possível detectar que estavam com o trâmite prejudicado, e que o magistrado em respondência, após iniciar suas funções na unidade, em março de 2016, passou a priorizar tais processos, vindo inclusive a realizar uma inspeção interna nesses feitos, empreendendo o devido impulso oficial. Registre-se, no entanto, a necessidade de designação de sessão de júri de processos com réus presos, o que, dentro do possível, deverá ser priorizado. Porém, considerando que o magistrado em respondência auxilia várias outras unidades judiciárias, fica registrada a possibilidade de, caso queira, solicitar apoio junto ao TJCE para que seja designado mais um magistrado para a realização dessas sessões de júri.

6) ENASP -Recomenda-se à unidade atenção a tais feitos, procurando, quando possível, designar as sessões regulares de julgamento pelo Tribunal do Júri, bem como atentar-se às diretrizes constantes no Ofício circular nº 01/2016-ENASP/CE.

7) Quanto aos processos insertos na **META 2 do CNJ**, da análise de tais feitos, viu-se que, no geral, encontravam-se com trâmite prejudicado, sendo recomendado que, dentro do possível, seja empreendida a prioridade legal a que tais processos fazem jus, em especial aos processos com movimentações mais longínquas, quais sejam: 3368-48.2011.8.06.0144, 3532-13.2011.8.06.0144, 169-86.2009.8.06.0144, 3466-67.2010.8.06.0144, 728-43.2009.8.06.0144, 4146-18.2011.8.06.0144, 223-23.2007.8.06.0144, 3987-75.2011.8.06.0144, 778-69.2009.8.06.0144 (apenso ao 100-54.2009.8.06.0144). Devendo o juízo ser notificado para, no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhar a esta Corregedoria a atual situação de tais feitos.

8) Observar os provimentos e recomendações citados no FICOVI;

9) Deve ser adotado o Manual de Rotinas – Procedimento Cível Ordinário, em razão



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

do seu caráter obrigatório, garantindo especial atenção à prática de atos ordinatórios pelo Diretor de Secretaria, o que permitirá maior celeridade aos processos;

10) A unidade deve manter o empenho que vem sendo empreendido no que diz respeito ao monitoramento e cumprimento da **META 1 do CNJ**, sendo possível detectar que nos 05 (cinco) primeiros meses do ano de 2016, apesar da vacância do cargo de juiz titular, a unidade vem atingindo um percentual de julgamento bem próximo para alcance da meta.

CONCLUSÃO

Pelo que fora minuciosamente relatado, há de se reconhecer que a prestação jurisdicional da Vara única da comarca de Pentecoste não se encontra satisfatória, situação que no momento se justifica em razão da ausência de Juiz titular da unidade, corroborado ainda pelo fato do magistrado em respondência, também atuar cumulativamente em várias outras unidades judiciárias, quais sejam, 2ª Vara de Delitos de Tráfico de Drogas e 5ª Vara da Infância e Juventude (Projeto Justiça Já), ambas da Comarca de Fortaleza, bem como integrar o Grupo de Descongestionamento das comarcas do interior do Estado. Além do mais, a comarca de Pentecoste tem ainda 02 (duas) comarcas vinculadas (General Sampaio e Apuiarés), que, igualmente, encontram-se sob responsabilidade do mesmo magistrado.

Por outro lado, impende ressaltar que inobstante a situação relatada, a unidade vem alcançando um quantitativo de julgamentos bem próximo ao necessário para cumprimento da META 1 do CNJ, conforme mostram os dados relativos aos 05 (cinco) primeiros meses do ano de 2016, que apontam percentual de mais de 90% (noventa por cento) de julgamento em relação aos feitos distribuídos.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

Considerando o número de processos insertos na META 2 e relativos a Mandado de Segurança e Improbidade Administrativa que se encontram com o trâmite prejudicado, sugere-se a atuação do Grupo de Descongestionamento do Interior.

Cabível destacar ainda o bom trabalho que vem sendo despendido pelo magistrado em respondência, Dr. Luciano Nunes Maia Freire, principalmente nos processos relativos a réus presos, uma vez que, apesar do curto período em que está respondendo pela unidade, faz-se possível constatar que empreendeu o devido impulso oficial a tais processos.

É o relato, que ora se submete à apreciação desse Colendo Conselho.

Publique-se.

Fortaleza/CE, 05 de julho de 2016.

DES. FRANCISCO LINCOLN ARAÚJO E SILVA

Corregedor-Geral da Justiça

MIRIAN PORTO MOTA RANDAL POMPEU

Juíza Corregedora Auxiliar